

Sumário

Número de notícias: 29 | Número de veículos: 18

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Irregularidade em rótulo faz Anvisa proibir fabricação de 2 marcas de azeite..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Equipe econômica é pressionada para ressarcimento antecipado..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Judiciário nega maioria dos pedidos para estender prazo de benefício fiscal do Perse
..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Carros apreendidos para ressarcir idosos..... 8

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Lula é recebido com vaias em evento..... 9

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Carrões do Careca - DO ALTO DA TORRE..... 10

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

CPMI do INSS..... 11

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

PF lança concurso com mil vagas..... 12

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Congresso quer cortar mal pela raiz..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
SEGURIDADE SOCIAL

INSS vai pagar uma indenização de R\$ 60 mil para crianças vítimas de zika..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Classe média deve pagar mais pela luz para isentar baixa renda..... 16

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Câmara acelera projeto contra fraude no INSS..... 17

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

AGU investiga uso de criptomoedas para esconder desvios..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
SEGURIDADE SOCIAL

Fila do INSS cresce 31% desde dezembro e atinge 2,68 milhões de pedidos em espera
..... 20

Quarta-Feira, 21 de Maio de 2025

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Começou a temporada das "jênialidades" - LU AIKO OTTA..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Câmara aprova urgência para PL que proíbe descontos automáticos no INSS..... 24

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Prefeitos de Sergipe participam da Marcha em Defesa dos Municínios - CÍCERO MENDES
..... 25

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Aumentos federais - DIÁRIO POLÍTICO..... 26

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Carros de luxo são apreendidos para ressarcir aposentados lesados..... 27

G1 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Fraude no INSS: como descobrir se fui vítima? Quais as formas de pedir reembolso? Veja
perguntas e respostas
..... 29

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
SEGURIDADE SOCIAL

Líderes do governo Lula articulam nova CPI do INSS só com membros do Senado..... 32

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: bancos defendem consignado e querem trocar Previdência por Fazenda, Planejamento e
BC no controle dos juros
..... 33

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Estado convoca mais aprovados para Sesp..... 35

O ESTADO - FORTALEZA - CE - CIDADES
SERVIDOR PÚBLICO

Eusébio bem tecnologicamente..... 36

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Dificuldades ao checar destino de recursos públicos..... 37

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A guerra pela América Latina - ANDRÉS OPPENHEIMER..... 38

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

DESACELERAÇÃO ADIADA DE NOVO..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Classe média cresce em meio à tímido recuo pobreza (Editorial)..... 41

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

PIB do 1º trimestre (Cartas dos Leitores) 43

Irregularidade em rótulo faz Anvisa proibir fabricação de 2 marcas de azeite

A Anvisa vetou a fabricação, importação, distribuição, venda e propaganda das marcas de azeite Quintas D'Oliveira e Alonso, após denúncia do Ministério da Agricultura. Segundo a pasta, no rótulo dos produtos consta uma embaladora cujo CNPJ não está na base de dados da **Receita Federal**

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=51017&maxTouch=0&anchor=6518186&pd=2e4d9ff7e42c13a13df181c7fdbb72d5>

Equipe econômica é pressionada para ressarcimento antecipado

Renan Truffi e Sofia Aguiar De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem demonstrado a interlocutores próximos de que não abriu mão da ideia de anunciar algum tipo de "ressarcimento" aos aposentados e pensionistas que foram lesados pelo esquema de desvios fraudulentos que atingiu o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Essa possibilidade vem sendo discutida nos bastidores porque, na avaliação da ala política do governo, seria a única forma de estancar a crise política gerada pelo escândalo.

Segundo fontes do Valor, esse foi um dos principais assuntos discutidos ontem pelos ministros da junta de Execução Orçamentária (JEO)-grupo que envolve integrantes da equipe econômica e política do governo.

O grupo se reuniu nessa terça-feira, no Palácio do Planalto, para debater a elaboração do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP), mais conhecido como "bimestral", que será divulgado pela primeira vez este ano nesta quinta-feira (22).

O tema precisa ser debatido pela JEO porque, para anunciar o tal ressarcimento, o governo precisaria contingenciar recursos de outras áreas ou políticas públicas. Neste sentido, uma das idéias na mesa é contingenciar verbas que estão reservadas no Orçamento para obras do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um dos principais programas da gestão PT.

Na prática, a questão do ressarcimento também deve colocar, mais uma vez, a ala política do governo em rota de colisão com o a equipe econômica. Isso porque os auxiliares do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, resistem à ideia de pagamento antecipado.

Para além dessa discussão, a reunião teve como objetivo discutir a questão da meta fiscal. Isso porque a área econômica quer mirar no centro da meta fiscal, o déficit zero, para definir o volume de despesas a ser congelado este ano. Porém, existe a possibilidade de buscar um resultado mais frouxo, dentro da margem de tolerância da meta, que admite déficit de até R\$ 30,9 bilhões.

Na opinião de especialistas, no entanto, esta segunda opção não significa necessariamente que o governo federal irá descumprir normas fiscais.

"A alternativa de adotar uma meta fiscal mais "frouxa", ainda dentro da banda de tolerância prevista legalmente, que admite um déficit de até R\$ 30,9 bilhões, não representa, juridicamente, descumprimento da norma fiscal, mas sim o uso legítimo de um instrumento de flexibilidade criado precisamente para atenuar os efeitos de choques macroeconômicos ou frustração de receitas", explicou Leonardo Roesler, conselheiro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Outro ponto de atenção da JEO é a revisão de algumas rubricas de receita. Após o fracasso do ano passado com o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, a **Receita Federal** já anunciou que revisará para baixo a projeção atual, que chega a quase R\$ 29 bilhões de arrecadação. Na segunda-feira (19), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, teve uma reunião com Lula justamente para tratar do relatório bimestral e de outros assuntos.

Na última semana, Haddad disse que "medidas pontuais" para atingir a meta de déficit seriam apresentadas a Lula, mas negou se tratar de um "pacote". A discussão sobre qual resultado buscar para as contas públicas este ano ocorre num momento em que alas do governo elaboram novos programas para elevar a popularidade do presidente.

Site: valor.globo.com/impreso/

Judiciário nega maioria dos pedidos para estender prazo de benefício fiscal do Perse

Marcela Villar De São Paulo

Pelo menos 14 decisões judiciais estenderam o prazo do benefício fiscal do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que teria acabado no dia 10 de abril, ao atingir R\$ 15 bilhões de renúncia fiscal. Mas elas são minoria no Judiciário até agora. De 77 casos ajuizados envolvendo a Lei nº 14.589, de 2024, que impôs o fim do incentivo, o pedido dos contribuintes foi negado em 40 deles - alguns processos ainda não foram julgados. O levantamento foi feito pelos escritórios Ragazzi Advocacia e Veiga Law.

A disputa também já chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF). A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) ajuizou ação direta de in-constitucionalidade contra a lei de 2024. Para a entidade, a norma viola a Constituição, o Código Tributário Nacional (CTN) e precedentes do STF. Pede para que o fim do Perse seja suspenso até o julgamento de mérito da ação, além de estender o programa até, pelo menos, o ano de 2026 (ADI 7817).

São três teses principais defendidas pelos contribuintes. A primeira é que o Perse é equiparável a uma isenção tributária e, de acordo com a Súmula 544 do STF, não pode ser livremente suprimida, nem por outra lei. A segunda tese é de que o fim do benefício - alíquotas zero de Imposto de Renda (IRPJ), CSLL, PIS e Co-fins - aumenta a carga tributária, o que enseja a aplicação da anterioridade, que veda a cobrança imediata de **tributos** majorados.

Aplicando a anterioridade, as contribuições só poderiam começar a ser exigidas em julho. Já o IRPJ em janeiro de 2026. Esse é o argumento que mais tem sido aceito por magistrados. Uma terceira alegação é a de que a **Receita Federal** não comprovou que foi atingido o teto de R\$ 15 bilhões, como a lei exige.

Uma das decisões mais abrangentes foi dada em ação da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel). A 4ª Vara Federal Gvel do Distrito Federal concedeu liminar para estender o Perse "até o efetivo esgotamento do prazo de 60 meses previsto no artigo 4º da Lei nº 14.148/2021" (processo nº 1027337-87.2025.4.01.3400).

Já outra da 11ª Vara Federal Gvel de Belo Horizonte,

favorável à União Brasileira de Feiras e Eventos de Negócios (Ubrafe), prorroga o benefício até junho para as contribuições sociais e dezembro para o IRPJ. Vale para os associados em Minas Gerais - a entidade entrou com ações em vários Estados. O juiz diz que o restabelecimento antecipado das alíquotas dos **tributos** "constitui majoração indireta da carga tributária da contribuinte e, portanto, deve observar o princípio da anterioridade" (processo nº 6019200-54.2025.4.06.3800).

O Perse foi criado pela Lei nº 14.148/2021 para ajudar a superar empresas dos setores de eventos e turismo após a crise financeira gerada pela pandemia da covid-19. Ze-rou alíquotas de **tributos** federais por 60 meses, até março de 2027. Mas desde o início do programa o governo tem restringido o benefício, segundo especialistas. Exigiu o registro no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur) e excluiu empresas do Simples Nacional e segmentos específicos.

As alterações mais recentes vieram com a Lei nº 14.589/2024 e, em março deste ano, com o Ato Declaratório Executivo nº 2 pela Receita, informando que se atingiu o limite de R\$ 15 bilhões previsto no orçamento para o Perse. No relatório, o órgão diz, na verdade, que foi usado 85,6% desse montante até fevereiro de 2025 - o equivalente a uma renúncia fiscal de R\$ 12,8 bilhões.

Para contribuintes, o governo não comprovou que o teto foi alcançado. Isso é questionado na ADI protocolada no Supremo, onde a CNC alega que a Receita não publicou os relatórios bimestrais para acompanhar os custos com o programa. Até então, só foram publicados dois relatórios - de outubro de 2024 e março de 2025. Outro argumento da confederação é que o término do benefício no mês seguinte ao atingimento do limite de despesa viola a anterioridade, prevista na Constituição.

Segundo Luís Eduardo Veiga, sócio-fundador do Veiga Law, existem ao menos cinco discussões sobre Perse no Judiciário. A mais recente, envolvendo o fim do programa em abril, tem poucas decisões. "As empresas foram se atentar agora no dia 15, que foi o primeiro mês que pagaram os **impostos**, de que o benefício acabou, então a maioria das ações ainda sequer foi julgada", diz o advogado.

Veiga defende que o governo não explicou como se atingiu o teto de R\$ 15 bilhões. "Não dá para entender a curva de crescimento. A briga dos contribuintes é para manter o Perse até 2027 ou, no mínimo, que a equipe econômica dê transparência para esses números", afirma. "O governo andou muito mal nesse respeito, porque criou mais complexidade e contencioso."

Segundo o advogado, a jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a revogação de benefícios fiscais é favorável aos contribuintes. Por isso, crê que o julgamento da controvérsia seja mais favorável lá do que no STF. "A matéria legal é o descumprimento do CTN e acho que é uma forçada de barra tentar pela via de inconstitucionalidade", diz ele, citando que a atual composição do Supremo pode não favoreceras empresas.

Alessandro Ragazzi, do Ragazzi Advocacia, que atua pela Ubrafe em 14 ações, diz que a tese mais aceita no Judiciário hoje é a da anterioridade. Em Minas Gerais, a liminar foi concedida em parte. Em quatro Estados-Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Pernambuco -, a liminar foi indeferida em primeiro e segundo graus. No Distrito Federal, São Paulo e Espírito Santo, a cautelar foi negada, mas foram interpostos recursos. Em quatro Estados, ainda não há decisão.

Para ele, o argumento mais forte é de que o Perse é equiparável a uma isenção fiscal. "Quando uma isenção é dada por prazo certo e sob determinadas condições, não

pode ser revogada nem por outra lei. O prazo certo era o de 60 meses e a condição é que as empresas tenham sido prejudicadas pela pandemia e o próprio fato de só valer para determinados CNAEs, já é uma condição específica", afirma.

O tributarista João Henrique Domingos, do Brasil Salomão e Matthes Advocacia, também entende como outras condições o cadastramento no Cadastur e o cumprimento de obrigações impostas pelo Fisco. Ele conseguiu recentemente decisão favorável a um restaurante de São José do Rio Preto para que a empresa fique no programa até o julgamento do mérito da ação (processo nº 5002450-442025.4.03.6106).

"O que chamou atenção é que o juiz fala que não há como controlar os R\$ 15 bilhões. Ele faz uma analogia que é como se cobrar tributo até arrecadar determinado montante", diz. De acordo com Domingos, tem sido padrão da Fazenda Nacional, afirmar no processo que o teto foi atingido e não há mais orçamento para a manutenção do Perse. "Mas

pela conduta do juiz, acreditamos que a segurança será concedida", completa.

Em nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) diz "ser plenamente legal o encerramento do Perse pelo atingimento do custo total de R\$ 15 bilhões, por decorrer de previsão expressa contida no artigo 4º-A da Lei nº 14.148/2021, incluído pela Lei nº 14.859/2024". Afirma ter identificado "uma série de decisões judiciais liminares favoráveis à União em todos os Tribunais Regionais Federais" e que "o panorama é majoritariamente favorável à legalidade do encerramento do programa com base na nova redação legal", mas não forneceu números. Sobre as derrotas em ações, informa que irá interpor recursos.

Procurada pelo Valor, a **Receita Federal** não respondeu aos questionamentos da reportagem.

Site: valor.globo.com/impreso/

Carros apreendidos para ressarcir idosos

» **FRANCISCO ARTUR DE LIMA**

A Polícia Federal cumpriu, ontem, mandados de busca e apreensão contra Antonio Carlos Antunes, o homem conhecido como "Careca do **INSS**". A ação, que é mais uma fase da Operação Sem Desconto, consistiu na apreensão de cinco carros de luxo que, segundo a PF, pertenciam a Antônio Carlos.

Apreendidos em Brasília, os veículos de modelos BMW Competition, um Land Rover, um BMW M135i, um Porsche 911 e um Porsche Panamera foram avaliados pela PF em quase R\$ 3,3 milhões e entram para a lista de bens a serem leiloados para ressarcir os aposentados e pensionistas pelo montante desviado em um esquema, em que o "Careca do **INSS**" é apontado como principal articulador.

Ele é um dos suspeitos por operar os desvios de aposentadorias e pensões do **INSS**.

A PF já havia apreendidos bens avaliados em cerca de R\$ 40 milhões. Ao anunciar a operação, no dia 23 de abril, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, afirmou que os fraudadores haviam arrecadado "muitos bens e dinheiro em espécie" e que os valores correspondentes seriam utilizados "para fazer frente" aos prováveis pedidos de devolução.

O esquema investigado envolve descontos não autorizados de recursos de aposentados e pensionistas, que somam mais de R\$ 6 bilhões. Segundo a PF, há indícios de que Antunes arrecadou aproximadamente R\$ 1,3 bilhão entre 2021 e 2025.

Essa arrecadação teria ocorrido por meio de repasses de entidades para empresas ligadas a ele. O mandado judicial foi autorizado pela 4ª Vara Federal Criminal de São Paulo.

A senadora pelo Distrito Federal, Damare Alves (Republicanos- DF) comentou ter procurado a Polícia Federal, na quinta-feira, para denunciar que Antônio Carlos seria o proprietário de cinco veículos de luxo. Em entrevista ao Correio, a parlamentar explicou ter recebido essa informação por meio de outras pessoas.

"Recebi uma denúncia de dentro do condomínio onde funcionam os escritórios. As pessoas estavam estranhando a movimentação desses carros nas últimas semanas. Disseram que pertenciam a esse Careca do **INSS**, e que ele teria salas num prédio ao lado. A partir daí, fui até a garagem e constatei que

realmente estavam lá. Tiremos foto e aí levei a denúncia até a PF", contou a parlamentar.

Perspectiva da CPMI Após acompanhar, pela imprensa, a operação da Polícia Federal que apreendeu os veículos de luxo, a senadora Damare demonstrou otimismo em relação à instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar a fraude no **INSS**. "A imprensa noticia que o próprio governo, que quer a todo custo evitar a CPMI, vê como inevitável. Mas tenham certeza, vai ter CPMI, sim. Vamos apurar tudo, com muita transparência.

Quem desviou dos pobres aposentados vai pagar", considerou Damare Alves.

Suspensão de repasses Paralela às discussões sobre uma CPMI do **INSS**, a Câmara aprovou, na noite de ontem, a urgência para a tramitação do projeto de lei que proíbe descontos automáticos referentes a mensalidades de associações e outras entidades de aposentados e pensionistas.

O texto, de autoria do deputado federal Sidney Leite (PSD-AM), ainda não conta com um relator definido. No entanto, o PL será "juntado" a outras 53 propostas que tratam do mesmo tema.

A urgência na análise do projeto permitirá agilidade na tramitação do texto. Isso porque, em regime de urgência, o PL seguirá diretamente ao plenário, sem precisar passar por comissões temáticas.

Segundo o presidente da Casa, Hugo Motta, o mérito do projeto será analisado apenas na próxima semana, pois o projeto de lei sobre o reajuste de servidores do Executivo (PL 1466/25) tranca a pauta.

Durante a sessão, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos- PB), ressaltou a necessidade de agilidade na apreciação do projeto.

"O projeto não pode aguardar um tempo muito longo para ser votado no plenário", afirmou.

Ele acrescentou que irá cobrar para que o texto seja apresentado rapidamente aos líderes da Casa: "Vamos cobrar que, no período mais curto, este texto seja apresentado à Casa, ao colégio de líderes".

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/05/21/all.pdf>

Lula é recebido com vaias em evento

O presidente Lula foi recebido por prefeitos de todo o país com vaias e aplausos, durante abertura da 26ª Marcha dos Prefeitos, realizada em Brasília. A reação repete a do ano passado, em que os gestores demonstraram insatisfações com o governo.

Nesta edição, Lula voltou a ignorar as manifestações e discursou normalmente.

A Marcha dos Prefeitos acontece todo ano, organizado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), e reúne milhares de prefeitos, vereadores, secretários e demais gestores municipais.

O evento começou nesta terça e segue até amanhã com painéis com temas como federalização climática, segurança pública, orientações sobre emendas parlamentares, saúde e educação.

Uma das principais demandas da categoria neste momento é a aprovação da PEC 66, que tramita no Congresso e visa estabelecer o pagamento de precatórios pelos municípios e abrir um novo prazo para pagamento das dívidas dos municípios com seus regimes próprios de **previdência social** (Da Folhapress).

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-b2c1a4c8e4f9c3f8efe19a903a005149.pdf

Carrões do Careca - DO ALTO DA TORRE

Lucas Valença

Só por acaso a Polícia Federal apreendeu, na manhã desta terça-feira (20) veículos de luxo que seriam de Antonio Carlos Antunes, conhecido como Careca do **INSS**, em Brasília. A ação foi realizada em uma garagem onde ele mantinha os carros, próximo ao escritório justamente de Damares, cuja equipe denunciou o achado. Segundo a PF, a busca e apreensão teve como objetivo a "localização e apreensão de bens de propriedade de um operador financeiro ligado a uma das entidades investigadas, suspeito de ter adquirido veículos de alto valor com recursos oriundos da fraude aos aposentados". Segundo dados da investigação, algumas das entidades que repassaram valores ao lobista tiveram aumento expressivo na arrecadação por meio dos descontos nos últimos anos. A suspeita que recai sobre Antunes é de que ele teria atuado junto a funcionários do **INSS** para beneficiar as entidades. As suspeitas são de que ele seria o responsável por obter, por meio do **INSS**, dados cadastrais de beneficiários, repassando as informações para as entidades acusadas de fraudar filiações para cobrar mensalidades indevidas. No início de maio, empresas ligadas a Antunes viraram alvo de uma ação da Advocacia-Geral da União (AGU), que busca os bens do "careca do **INSS**" para reaver os valores descontados de aposentados e pensionistas. Segundo a Operação Sem Desconto, as empresas do Careca do **INSS** repassaram R\$ 9,3 milhões para pessoas e empresas ligadas a servidores do **INSS**. "Antonio Carlos Camilo Antunes, por sua vez, enviou R\$ 9.329.550,53 para pessoas físicas e jurídicas relacionadas a servidores do **INSS**", diz a PF.

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-b2c1a4c8e4f9c3f8efe19a903a005149.pdf

CPMI do INSS

Os piores cegos são aqueles que se opõem ao apoio do governo Lula para a criação da CPMI do **INSS** e não querem enxergar o óbvio. Com a insistência dos parlamentares e de seus apoiadores bolsonaristas em criar a CPMI do **INSS**, eles não percebem que a oposição pode dar um tiro no próprio pé. As investigações em curso, coordenadas pela Polícia Federal, têm mostrado que as roubalheiras e as fraudes nos descontos dos contracheques dos aposentados vêm de longos anos, desde 2019, no governo Bolsonaro.

Os bolsonaristas estão tão concentrados em desmoralizar o atual governo que não percebem que, no decorrer dos trabalhos da CPMI, poderão surgir muitos bolsonaristas envolvidos nessas roubalheiras. E olhem que não serão poucos!

Acorda, PT! Diga sim à criação da CPMI do **INSS** já. Assinante e leitor assíduo deste conceituado meio de comunicação.

EVANILDO SALES, Gama-DF

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

PF lança concurso com mil vagas

DANIEL XAVIER

A Polícia Federal publicou ontem edital de novo concurso público, que abre mil vagas para cinco cargos da área policial - um dos maiores certames já organizados pela instituição.

O lançamento marca uma nova fase na recomposição dos quadros da PF, anunciada ainda no início do ano pelo governo federal. Além da reposição imediata, o Ministério da Justiça prevê a criação de outras mil vagas em 2026, reforçando a estrutura da corporação no combate ao crime organizado e à criminalidade transnacional.

O concurso oferece vagas para delegado, perito criminal (em várias especialidades), escrivão, agente e papiloscopista - ou seja, toda a carreira policial foi contemplada no edital, algo que não ocorria de forma simultânea há anos.

Do total de oportunidades, 630 são para agente de polícia, cargo responsável por ações operacionais e de investigação. Em seguida vêm 160 vagas para escrivão, 120 para delegado e 21 para papiloscopista.

Outras 69 vagas foram distribuídas entre 15 especialidades de perito criminal, contemplando formações como Engenharia, Medicina, Biomedicina, Ciências Contábeis, Física, Informática Forense, Geologia e Genética Forense.

Salários e jornada Os salários são atrativos. Para delegado e perito, a remuneração parte de R\$ 26.800,00. Já os cargos de agente, escrivão e papiloscopista oferecem R\$ 14.164,81, todos com carga horária de 40 horas semanais.

Para concorrer, o candidato precisa ter nível superior completo.

No caso de delegado, é exigido diploma em Direito e três anos de atividade jurídica ou policial. Para perito, o diploma deve ser compatível com a área técnica escolhida.

As inscrições serão abertas às 10h do dia 26 de maio e vão até as 18h do dia 13 de junho, exclusivamente pelo site do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe), em www.cebbraspe.org.br, responsável pela organização da seleção. As taxas de inscrição variam de R\$ 180 a R\$ 250, a depender do cargo a

ser concorrido.

O processo seletivo será composto por várias fases: provas objetivas e discursivas, exame de aptidão física, avaliação médica, exame psicotécnico, investigação Vagas da PF são para agente, escrivão, delegado e papiloscopista lança concurso com mil vagas social e curso de formação profissional, que será realizado na Academia Nacional de Polícia, em Brasília.

Os cargos de delegado e perito também passarão por avaliação de títulos, e a função de delegado inclui uma prova oral, aplicada apenas na capital federal. Durante o curso de formação, ainda poderão ser exigidos exames complementares, como testes toxicológicos e avaliações psicológicas adicionais, conforme prevê o edital.

Provas, cotas e isenções As provas objetivas e discursivas estão marcadas para o dia 27 de julho e serão aplicadas simultaneamente em todas as capitais e no Distrito Federal. Para o cargo de delegado, as avaliações ocorrerão em dois turnos - objetiva pela manhã, com 3h30 de duração, e discursiva à tarde, com 5h. Para os demais cargos, as provas terão duração conjunta de 4h30, aplicadas no turno da tarde.

INSS adere ao novo CNU

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) aderiu à segunda edição do Concurso Nacional Unificado (CNU), que terá 300 vagas para o cargo de analista do seguro social. O órgão, que enfrenta uma crise devido a descontos indevidos de aposentados e pensionistas, teve uma queda de 49% no total de servidores entre 2014 e 2024.

Com essa adesão, o total de vagas para o certame subiu de 3.352 para 3.652, distribuídas por 36 instituições federais. O Ministério da Gestão prevê que o edital ficará disponível em julho deste ano, com as provas previstas para outubro.

A redução no quadro de pessoal do **INSS** ficou acima da média do governo federal. Nesse mesmo período, o número de servidores do Executivo foi reduzido em 8%.

Quase todos os cargos foram afetados. Entre técnicos do seguro social, carreira que corresponde a 70% da força de trabalho do **INSS**, o número de profissionais

foi de 23,3 mil a 13,6 mil em dez anos - um decréscimo de 41%. Os dados são do painel estatístico de pessoal do governo federal.

O último concurso do **INSS** ocorreu em 2022. Na folha de pagamento do órgão, há mais servidores aposentados e pensionistas do que ativos, que correspondem a apenas 28,7%. Destes, 17% recebem abono de permanência e podem se aposentar a qualquer momento.

As novas vagas para o **INSS** no CNU visam reforçar o quadro de pessoal do órgão (Da Folhapress).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Congresso quer cortar mal pela raiz

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, urgência do projeto de lei que acaba com a possibilidade de o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) intermediar descontos em aposentadorias e pensões para manter associações representativas. O mecanismo está no centro de uma fraude bilionária investigada pela Polícia Federal.

"Essa é uma pauta do nosso país, que nos une. Temos também a certeza que projeto não pode aguardar tempo muito longo para ser votado no plenário. Vamos cobrar para que no mais curto período de tempo esse texto possa ser apresentado à casa, para o colégio de líderes, para que o plenário possa se manifestar", disse o presidente da Casa, Hugo Motta.

A urgência foi acordo com os líderes da casa, que tiveram reunião com Motta à tarde, e foi votada de forma simbólica - quando não há contabilização dos votos.

Além da urgência, ficou decidido que seriam apensados mais de 50 projetos sobre o tema a ele. Essas propostas dizem respeito apenas à crise recente. A análise do mérito, portanto, não ocorrerá nesta semana.

O projeto original tem um único artigo, que invalida o trecho da lei de 1991 que permitiu os descontos associativos automáticos, direto na folha de pagamentos do **INSS**.

Caso a lei seja alterada, as associações dependerão de contribuições diretas dos aposentados e pensionistas, sem intermediação do poder público.

O fim dos descontos intermediados pelo **INSS** foi defendido pelo ex-ministro da Previdência Carlos Lupi e por seu sucessor, Wolney Queiroz.

A iniciativa de acabar com a intermediação dos descontos é uma resposta política da Câmara à operação da PF que revelou a fraude bilionária. O presidente da Casa, Hugo Motta, já havia afirmado que um pacote legislativo poderia ser formatado frente às irregularidades nos descontos associativos em benefícios pagos pelo **INSS**.

"O presidente [Motta] comunicou, com o nosso aval, todos os líderes, que vai juntar todos os projetos que tratam da questão do **INSS**. São 53 projetos ao todo e vai definir o relator nas próximas horas para

buscarmos juntos, com base em todos os projetos que estão apresentados, buscar aprovar aquele que melhor signifique, contempla a unidade de todos os líderes", disse o líder do governo, José Guimarães, após a reunião de líderes.

Esses descontos que estão na mira da PF e podem ser banidos, se aprovado o projeto de lei, estão previstos na legislação desde 1991 e dispararam após mudanças legais em 2022.

Isso aconteceu após mudanças feitas no Congresso em projetos enviados pelo governo de Jair Bolsonaro. O enfraquecimento do controle sobre descontos em aposentadorias do **INSS** foi defendido por ao menos 31 parlamentares de 11 partidos desde 2019.

Algumas das investigadas pela PF têm conexões políticas importantes.

Além de mudar as regras dos descontos associativos, o Congresso pode investigar o assunto em uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) (Da Folhpress).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

INSS vai pagar uma indenização de R\$ 60 mil para crianças vítimas de zika

O governo federal publicou portaria que assegura indenização de R\$ 60 mil, em parcela única, para crianças com deficiência causada pela infecção por zika vírus na gestação.

Crianças de até 10 anos - nascidas entre 1.º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2024 - poderão receber o valor.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=51017&maxTouch=0&anchor=6518186&pd=2e4d9ff7e42c13a13df181c7fdbb72d5>

Classe média deve pagar mais pela luz para isentar baixa renda

O governo faz os últimos ajustes no texto de uma medida provisória que promoverá uma ampla mudança no setor elétrico que, no curto prazo, terá como consequência o aumento da conta de luz para os consumidores de classe média.

O projeto prevê a ampliação da tarifa social para isentar da conta de luz famílias de baixa renda que consomem até 80 kWh de energia por mês. Já as

famílias que consomem até 120 kWh mensais e têm renda per capita entre meio e um salário mínimo teriam um desconto. Ao todo, estima o governo, 60 milhões de pessoas deverão ser beneficiadas. Procurado, o Ministério de Minas e Energia não quis comentar.

O programa social será pago com os encargos que incidem sobre as contas de luz dos consumidores do mercado regulado - residenciais e o pequeno comércio -, que ficarão mais caras.

O impacto dessa isenção mais ampla é estimado em R\$ 3,6 bilhões pelo governo, o que implicaria alta de 14% nas contas de luz. A consultoria Volt Robotics, no entanto, calcula um impacto maior, de até R\$ 7 bilhões.

Quando apresentou a proposta, em abril, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, alegou que os consumidores de classe média serão compensados

com o acesso ao mercado livre de energia e com a redistribuição dos encargos, transferindo parte dos custos para a grande indústria. Ele não informou, porém, que essa compensação, se ocorrer, só virá no futuro e será insuficiente para bancar a ampliação do programa social no curto prazo (mais informações na pág. B2).

Com as mudanças, os consumidores poderão optar por fornecedores que ofereçam energia mais barata e escapar da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), principal encargo que incide sobre as tarifas e que banca subsídios a energias renováveis, o programa Luz para Todos e a eletrificação na zona rural. Neste ano, o custo da CDE é estimado em R\$ 40,6 bilhões, equivalente a 13,83% do valor da conta de luz dos consumidores residenciais.

"Para a grande maioria da população, o ano que vem será um ano de aumento do custo da eletricidade com o pacote, não de redução, porque vai ter de pagar os R\$ 7 bilhões. O benefício para o consumidor residencial que migrar para o mercado livre acontecerá apenas em 2028", diz Dona-to Filho, diretor-geral da Volt Robotics.

O governo tem pressa para lançar o programa, visto como uma agenda positiva neste momento em que a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é afetada pelas denúncias de fraudes no **INSS**. Auxiliares do Planalto chegaram a deixar operadores do mercado de energia de sobreaviso para a publicação da medida provisória na última quinta-feira, o que não aconteceu em razão de negociações políticas para atender ao setor elétrico.

Notícias Relacionadas:

O ESTADO DE S. PAULO
Classe média deve pagar mais pela luz para isentar baixa renda

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=51017&maxTouch=0&anchor=6518186&pd=2e4d9ff7e42c13a13df181c7fdbb72d5>

Câmara acelera projeto contra fraude no INSS

VICTORLA ABEL - victora.abel@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

A Câmara dos Deputados aprovou ontem a urgência para o projeto de lei que proíbe descontos automáticos nas aposentadorias pagas pelo **INSS** de mensalidades a associações e sindicatos. O presidente da Casa, Hugo Motta (Republica-nos-PB), afirmou que o mérito do texto será analisado na semana que vem.

O projeto, de autoria do deputado Sidney Leite (PSD-AM), prevê que seja revogado um dos dispositivos da Lei de Benefícios da **Previdência Social** que permitiu os descontos nas aposentadorias. O trecho da legislação atual regulamenta o repasse de "mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que autorizadas por seus filiados". A sua derrubada, na prática, impediria descontos, como os que são investigados pela Polícia Federal.

- Vamos cobrar para que no mais curto período de tempo esse texto seja apresentado ao colégio de líderes e ao plenário. E uma pauta do nosso país, que nos une - afirmou Motta, que antes de analisar o mérito do projeto, chamado por ele de antifraude, precisará destrancar a pauta votando o projeto que concede reajuste aos servidores.

Com apoio do governo e da oposição, a urgência do projeto foi aprovada por votação simbólica, sem registro nominal dos votos. Agora, a proposta vai direto a plenário, sem necessidade de passar por comissões. O texto deve ser anexado a outras dezenas de propostas similares, e todos serão analisados em conjunto na semana que vem. Se o projeto for aprovado pelo Congresso e sancionado pela Presidência, seus efeitos começam a valer a partir de 90 dias depois da publicação da lei.

OUTROS DESCONTOS

O projeto de Sidney Leite mantém outras possibilidades de desconto no benefício, como contribuições devidas à **Previdência Social**, pagamento administrativo ou judicial de benefício previdenciário ou assistencial indevido, Imposto de Renda retido na fonte, pensão de alimentos decretada em sentença judicial e pagamento de empréstimos e financiamentos.

OINSS se tornou o epicentro de uma crise política após investigações da PF, em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU), apontarem desvios de até R\$ 6,3 bilhões de descontos indevidos em aposentadorias. O escândalo levou deputados e senadores a se movimentarem por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o assunto.

Na Câmara, a comissão foi descartada, já que há uma fila para a criação de outras CPIs. Na semana passada, a oposição no Congresso protocolou requerimento de uma comissão mista, composta por deputados e senadores. O documento contém 259 assinaturas, sendo 132 de parlamentares do PSB, PSD, MDB, União, Republicanos e PP.

Todos esses partidos têm ministérios no governo Lula. A instalação do colegiado, porém, depende do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que precisa ler o requerimento em sessão do Congresso.

O desconto na foi ha do 1N SS em favor entidades de aposentados está previsto desde a década de 1990. Apesar da legislação expressamente condicionar a dedução a associações "desde que autorizadas por seus filiados", prejuízos para os aposentados e pensionistas são recorrentes.

FISCALIZAÇÃO FROUXA

Em 2019, foi editada a Medida Provisória (MP) 871, transformada em lei, com várias ações para combater fraudes no **INSS**. Uma delas exigia que o desconto fosse revalidado pela entidade re-cebedora a cada dois anos. No texto aprovado pelo Congresso, o prazo subiu para três anos, podendo ser prorrogado por mais um ano por ato do presidente do **INSS**.

Contudo, diante do lobby de associações e sindicatos, em agosto de 2022, na tramitação de uma M P que criou o microcrédito digital, essa exigência foi revogada. Assim, as entidades não precisaram mais revalidar o cadastro de forma recorrente.

Os valores descontados dos aposentados passaram de R\$ 536,3 milhões em 2021 para R\$ 706,2 milhões em 2022. Em 2023, deram um salto para R\$ 1,299 bilhão. Em 2024, atingiram R\$ 2,637 bilhões. O

número de entidades mais do que dobrou, saindo de 15 para 33 no período.

**

ENTENDA A PROPOSTA

Veto ao desconto automático

O projeto proíbe descontos automáticos de mensalidades de associações e sindicatos nas aposentadorias do **INSS**. O texto prevê a revogação de um trecho da Lei nº 8.213 que regulamenta o repasse mesmo com autorização dos filiados.

Quando começa a valer

Se o projeto de lei for aprovado pelo Congresso - depois de ser votado no plenário da Câmara, ele vai ao Senado - e sancionado pela Presidência, os efeitos da mudança começam a valer a partir de 90 dias depois da publicação da lei.

O que poderá ser descontado

O projeto mantém outras possibilidades de desconto que hoje já existem na lei, como contribuições devidas à Previdência, pagamento de pensão de alimentos decretada em sentença judicial e de empréstimos e financiamentos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

AGU investiga uso de criptomoedas para esconder desvios

KAROLINI BANDEIRA E EDUARDO GONÇALVES

O governo federal está apurando se associações envolvidas em fraudes no **INSS** usaram criptomoedas para esconder patrimônio. O ministro-chefe da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias, afirmou ontem que apesar da dificuldade em rastrear esse tipo de ativo, a AGU dispõe de instrumentos capazes de identificá-lo.

- No pedido de bloqueio que fizemos na semana retrasada, nós solicitamos ao juízo que seja feito um rastreo a partir de corretoras de criptomoedas para entender por onde esse recurso passou, caso tenha sido utilizado -disse Messias em entrevista ao programa "Bom dia, ministro".

Messias também reforçou que o governo analisa acabar com os descontos de entidades associativas nas folhas de pagamento de aposentados e pensionistas do **INSS**:

- Nós temos uma série de instrumentos financeiros, (como) Pix, conta bancária, que as entidades podem se valer para interagir diretamente com os seus associados e ter o seu desconto.

Ontem, a Polícia Federal cumpriu um mandado de busca e apreensão de veículos de luxo que pertenceriam ao empresário Antonio Carlos Camilo Antunes, conhecido como o Careca do **INSS**. A informação foi antecipada pelo portal gl e confirmada pelo GLOBO. Antunes é citado pela PF como a figura central do esquema de descontos indevidos em aposentadorias e pensões. Entre os carros apreendidos, estão dois Porsches, um BMW, um Audi e uma Land Rover avaliados em mais de 3 milhões.

Em nota, a defesa de Antunes afirmou que ação ocorreu dentro da normalidade de uma apuração criminal. A assessoria de imprensa do empresário, por sua vez, afirmou que o comércio de veículos é "uma das atividades" de Antunes e que ele nega as acusações que lhe têm sido feitas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Fila do INSS cresce 31% desde dezembro e atinge 2,68 milhões de pedidos em espera

Jéssica Sant'Ana De Brasília

A fila de espera no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) deu um salto neste ano, o que tende a pressionar mais as contas públicas no segundo semestre. Em abril, havia 2,68 milhões de pedidos de benefícios em análise, quase o dobro do 1,36 milhão de requerimentos aguardando resposta 12 meses atrás. Desde dezembro de 2024, o aumento foi de 31%. A expectativa de técnicos do governo é que a fila caia a partir de agora, com a retomada do programa que paga um bônus aos peritos médicos e servidores do **INSS**. Mas a medida deve elevar as concessões e, com isso, a despesa previdenciária, orçada em R\$ 1,015 trilhão para 2025, mas que pode chegar a R\$ 1,030 trilhão, segundo analistas.

Os dados sobre a fila em 2025 só foram divulgados na última sexta-feira pelo **INSS** e pelo Ministério da **Previdência Social**. Antes disso, o número público mais recente era o de dezembro do ano passado, de 2,04 milhões. Em junho de 2024, a fila havia caído para o menor nível no atual governo, quando havia 1,35 milhão de requerimentos em análise. A partir do segundo semestre de 2024, porém, passou a aumentar, batendo recorde em março deste ano, quando atingiu 2,7 milhões.

Os motivos para a alta são variados. Fábio Serrano, economista do BIG Pactuai, observa que a greve dos peritos durou 235 dias e só terminou na metade de abril deste ano, quando a fila para de crescer. Já Tiago Sbardelotto, economista da XP, diz que, desde o segundo semestre de 2024, houve queda nas concessões, o que, de certa forma, coincide com o aumento. Para ele, isso pode se dever ao redirecionamento de servidores para outras funções, como o pente-fino nos benefícios anunciado pelo governo. A maior parte dos pedidos em espera em abril era de benefícios por incapacidade, o que inclui auxílio-doença, com 48% do total. Em segundo lugar, os benefícios assistenciais (24%), como o Benefício de Prestação Continuada (BPC, para idosos e pessoas com deficiência de baixa renda). Para Leonardo Rolim, consultor legislativo e ex-presidente do **INSS**, o aumento também reflete fraudes, tanto no auxílio doença quanto no BPC. O **INSS** e o Ministério da Previdência não comentaram.

Site: valor.globo.com/impreso/

Começou a temporada das "jencialidades" - LU AIKO OTTA

LU AIKO OTTA

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras. E-mail lu.aiko@valor.com.br

O ano pré-eleitoral e a crise na popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva colocaram em força máxima a usina de idéias de novas medidas para conquistar o coração do eleitor. O problema é que o governo cuida mal dos programas que já existem, como mostra o recente escândalo dos descontos não autorizados no INSS.

Além disso, por serem genéricas, informações sobre planos e idéias deixam no ar a dúvida se representam ou não pressão para aumentar gastos, já fortemente comprimidos pelo arcabouço fiscal. Ou, como tem sido a tendência mais recente, se são despesas que, por serem financeiras, não afetam o resultado primário das contas públicas e o arcabouço, mas podem aumentar a dívida.

Como informaram neste jornal os repórteres Sofia Aguiar e Renan Truffi, estão no forno linhas de crédito para melhorar moradias precárias e para trocar motocicletas. A tarifa social nas contas de luz deve ser ampliada, assim como o vale-gás.

Se envolverão subsídios do Tesouro ou redução de impostos, não se sabe ainda.

A mesma dúvida se aplica aos anúncios feitos ontem por Lula na Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Ele falou no lançamento de uma linha de crédito para reformar casas com a menor taxa de juros possível e no programa que dará acesso a especialidades médicas. O presidente não detalhou como serão financiadas.

A revista "Veja" noticiou na semana passada a intenção do governo de elevar o benefício do Bolsa-Família de R\$ 600 para R\$ 700 em 2026. O novo gasto agitou o mercado. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, veio ao público para negar estudos nesse sentido.

Por causa do arcabouço fiscal, que limita gastos do governo e impõe que neste ano receitas e despesas fiquem no zero a zero, há pouco espaço para "jencialidades", como são chamadas nos bastidores as

novas medidas de apelo popular com impacto fiscal. Encontrar recursos no Orçamento para bancar esses programas é sofrido.

Assim, buscam-se formas alternativas. A ampliação do vales, por exemplo, foi originalmente desenhada para transitar fora do Orçamento: recursos do pré-sal seriam repassados diretamente para a Caixa, que operaria o programa. O Tribunal de Contas da União (TCU) estrilou. O programa será redesenhado e a condição imposta pela área econômica é que transite pelo Orçamento.

O Ministério de Minas e Energia também quer ampliar a isenção da conta de luz para 60 milhões de pessoas. Para não impactar o Orçamento, propõe cobrar a conta dos grandes consumidores.

"É populismo", reagiu o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, em conversa com a coluna. Vai tirar a competitividade dos produtos brasileiros justamente no momento em que a concorrência com itens produzidos na Ásia ficará mais acirrada, diante do fechamento parcial do mercado dos EUA.

Nesse cenário de aperto orçamentário, fundos e operações de crédito viraram válvulas de escape.

Por exemplo, um leilão de cotas do antigo Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) resultou em R\$ 816 milhões, que serão aportados em uma das obras mais emblemáticas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): a ferrovia Transnordestina. Outros R\$ 350 milhões foram obtidos com a venda de cotas do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam). Podem ser aportados na linha de transmissão Manaus-Boa Vista. Os recursos serão entregues aos concessionários, como operações de crédito.

Como informou a repórter Edna Simão, deste jornal, o governo enviou ao Congresso Nacional propostas para ampliar a atuação de bancos oficiais. Quer autorização para o Banco do Nordeste (BNB) abrir subsidiárias e para a Caixa constituir uma fundação. São estruturas que outros bancos já possuem, alega o governo. Especialistas avaliam que essas mudanças podem abrir brechas para a realização de políticas públicas fora do Orçamento.

Enquanto isso, programas já existentes mostram problemas. Este jornal trouxe na segunda-feira reportagem de Isadora Peron dando conta de que a Polícia Federal investiga a venda de registros no CNPJ de estabelecimentos cadastrados no Farmácia Popular. São apuradas fraudes estimadas em R\$2,5 bilhões de 2015 a 2020.

O Pé-de-Meia é auditado pela Controladoria-Geral da União (CGU). Os pedidos de ressarcimento no **INSS** ultrapassam 1,6 milhão.

A digitalização abre uma avenida para melhorar o controle sobre quem, não deveria, mas é beneficiado por programas federais. Esse é um trabalho que avança a duras penas, informam técnicos, por causa de uma combinação de falta de recursos, de pessoal e de apetite político em desmontar esquemas há muito estabelecidos.

O pente-fino de R\$ 25,9 bilhões prometido para este ano deverá produzir economia bem menor. A revisão de gastos é vista como impopular e imprópria para anos eleitorais.

Mas não deveria. A correção de desvios poderia evitar novos escândalos e demonstrar zelo com o cidadão e com o dinheiro do contribuinte. De quebra, poderia abrir espaço no Orçamento para acomodar os novos programas que os estrategistas políticos tanto querem viabilizar.

Site: valor.globo.com/impreso/

Câmara aprova urgência para PL que proíbe descontos automáticos no INSS

Murillo Camarotto De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou ontem um requerimento de urgência para a votação de um projeto de lei que proíbe descontos automáticos em benefícios pagos pelo **INSS** referentes a mensalidades de associações de aposentados. A proposta, do deputado Sidney Leite (PSD-AM), é uma resposta do Congresso ao escândalo recente envolvendo fraudes e desvios bilionários.

A aprovação se deu de maneira simbólica. Ao projeto serão apensados mais de 50 outros que tratam de descontos nas aposentadorias e prevenção de fraudes. A versão final do texto só será conhecida nesta quarta.

Com a aprovação da urgência, o projeto poderá ser votado diretamente no plenário da Câmara, sem necessidade de passar antes pelas comissões temáticas. O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), já havia antecipado, em entrevista ao Valor, que a atuação do Congresso Nacional no caso não seria restrita à uma eventual CPI.

Segundo as investigações da Polícia Federal, esquemas criminosos utilizaram brechas legais para aplicar descontos não autorizados em aposentadorias e pensões, com prejuízos que podem chegar aos bilhões de reais.

A prática recorrente envolvia cobranças em nome de associações, muitas vezes sem o consentimento ou sequer o conhecimento dos beneficiários. O objetivo do projeto é impedir que esse tipo de débito continue sendo processado automaticamente pela Previdência, exigindo autorização expressa por outros meios, fora da folha de pagamento.

Na justificativa do texto, o deputado autor afirma que a medida atualiza o ordenamento jurídico e responde de forma concreta a uma demanda social urgente. A proposta é que a vedação entre em vigor 90 dias após a sanção, caso aprovada.

Leite também lembrou que, além dos descontos de mensalidades referentes a serviços, há informações de que dezenas de milhares de empréstimos consignados com desconto em folha foram concedidos nos últimos anos a aposentados.

"Estou protocolando, solicitando esses dados e essas informações, ao Banco Central e ao Tribunal de Contas da União", disse. "Os bancos tiveram acesso aos bancos de dados do **INSS**. Conheço casos em que a pessoa garante um benefício na Previdência hoje e amanhã o banco já está mandando mensagem oferecendo dinheiro", completou Leite.

Site: valor.globo.com/impreso/

Prefeitos de Sergipe participam da Marcha em Defesa dos Municípios - CÍCERO MENDES

CÍCERO MENDES

Cerca de 50 prefeitos sergipanos participam da XXVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Promovido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), o evento iniciou na segunda-feira, 19, e segue até quinta-feira, 22, tendo como tema central desta edição "Autonomia municipal: a força que transforma o Brasil". O encontro reúne prefeitos, vereadores, secretários, contadores e técnicos municipais de todo país.

"A Marcha surgiu da necessidade de buscar melhorias para garantir a autonomia dos municípios, e Sergipe participa ativamente desse processo todos os anos, pois, mesmo sendo o menor estado, muitos dos problemas enfrentados são sentidos em todo o país. É preciso que essas demandas e prioridades sejam ouvidas e atendidas", explicou a presidente da Federação dos Municípios de Sergipe (FAMES), Silvany Mamlak.

A FAMES acompanha de perto os debates e reforça a importância da mobilização. Entre as pautas prioritárias destacadas pela entidade está a PEC 66/2023, que propõe o pagamento de precatórios pelos municípios, abrindo novo prazo de parcelamento especial de débitos com seus regimes próprios de **previdência social** e com o Regime Geral de **Previdência Social**.

Outra demanda é o cofinanciamento adequado das políticas de assistência social e de saúde. A FAMES defende que a União assegure os recursos necessários para o funcionamento dos serviços socioassistenciais e das unidades de saúde, que muitas vezes ficam sobrecarregados nas mãos dos municípios, sem o devido suporte orçamentário.

Além disso, a retomada das obras paralisadas também é uma bandeira defendida pelos prefeitos sergipanos. Diversas construções financiadas em parceria com o governo federal estão interrompidas, comprometendo a entrega de escolas, creches, postos de saúde e infraestrutura urbana. A FAMES reivindica a reativação de convênios e a liberação dos recursos para que esses projetos possam ser concluídos e entregues à

população.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/?numero=6528&edicao=137830#page/6>

Aumentos federais - DIÁRIO POLÍTICO

Ricardo Dantas Barreto

Está tramitando na Câmara Federal um projeto que estabelece reajustes salariais para servidores federais efetivos e que ocupam cargos comissionados. Os aumentos vão variar entre 9% e 30%. A mesma proposta também cria as carreiras de Desenvolvimento Socioeconômico, Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliário. Para isso vêm junto 6.060 cargos de analista em educação e 4.040 de técnico em educação. De acordo com o projeto de lei, não vão gerar mais despesas. Mas o projeto do Executivo não fica por aí. Os atuais 14.989 cargos que estão vagos na esfera federal serão convertidos em 15.670 a serem preenchidas por servidores efetivos, comissionados e de confiança. Aí, sim, haverá uma mexida no orçamento. Esse pacote de aumentos de cargos e salários vai causar um impacto de R\$ 17,9 bilhões até dezembro. Em 2026, será de R\$ 26,7 bi. Por fim, em 2027, chegará a R\$ 29,1 bilhões. O argumento do Governo Lula é até plausível, pois a intenção é tornar a gestão mais eficiente. E que, apesar de haver uma legião de concurseiros no Brasil em busca de um emprego seguro, o projeto também objetiva tornar o serviço público ainda mais atraente. Bem, o projeto já está tramitando, deve ser aprovado e nos resta torcer para a chegada de sangue novo e com salários mais altos, tornar melhor a prestação de serviço no País. E que não apenas inche a máquina.

Caso de responsabilidade

O presidente da Assembleia Legislativa, Álvaro Porto (PSDB), tomou uma decisão responsável ao determinar que a sabatina com o futuro presidente da Adagro, Moshe Dayan, seja hoje na CCLJ e que à tarde já vá ao plenário. Mas foi necessário que representantes da Avipe alertassem sobre a gripe aviária no País. A interferência externa serviu para que a disputa político-eleitoral não afete o setor avícola.

Dois pesos

Para garantir que o caso da Adagro furasse a fila, o presidente da Alepe, Álvaro Porto, achou uma brecha do Regimento Interno para destravar a pauta. Afinal, é uma questão de saúde pública. Mas não vale para Fernando de Noronha, mesmo sendo um polo mundial de turismo.

CPI: Tabata X PL

A deputada Tabata Amaral (PSB-SP) vem sendo apontada como a solução do Governo Lula para encarar a CPI do **INSS**. Dificilmente o PT emplaca o relator e projeta a socialista na função.

Tabata defende a apuração desde o Governo Bolsonaro.

Mas o PL não quer abrir mão da relatoria.

Se a moda pega.

A ação civil pública do Ministério Público de Pernambuco contra a prefeita de Camutanga, Talita de Doda (MDB), pode puxar a fila e colocar muitos gestores na mira. Ela foi denunciada por empregar em cargos comissionados 16 familiares de vereadores aliados. Se essa moda pegar no MPPE, eita!

Site:

<https://digital.diariodepernambuco.com.br/20250521/#>

Carros de luxo são apreendidos para ressarcir aposentados lesados

Francisco Artur de Lima +

A Polícia Federal cumpriu, ontem, mandados de busca e apreensão contra Antonio Carlos Antunes, o homem conhecido como Careca do **INSS**. A ação, que é mais uma fase da Operação Sem Desconto, consistiu na apreensão de cinco carros de luxo que, segundo a PF, pertenciam a Antônio Carlos.

Apreendidos em Brasília, os veículos de modelos BMW Competition, um Land Rover, um BMW M135i, um Porsche 911 e um Porsche Panamera foram avaliados pela PF em quase R\$ 3,3 milhões, e entram para a lista de bens a serem leiloados para ressarcir os aposentados e pensionistas pelo montante desviado em um esquema, em que o Careca do **INSS** é apontado como principal articulador. Ele é um dos principais suspeitos por operar os desvios de aposentadorias e pensões do **INSS**.

A PF já havia apreendidos bens avaliados em cerca de R\$ 40 milhões. Ao anunciar a operação, no dia 23 de abril, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, afirmou que os fraudadores haviam arrecadado muitos bens e dinheiro em espécie e que os valores correspondentes seriam utilizados para fazer frente aos prováveis pedidos de devolução.

O esquema investigado envolve descontos não autorizados de recursos de aposentados e pensionistas, que somam mais de R\$ 6 bilhões. Segundo a PF, há indícios de que Antunes arrecadou aproximadamente R\$ 1,3 bilhão entre 2021 e 2025.

Essa arrecadação teria ocorrido por meio de repasses de entidades para empresas ligadas a ele. O mandado judicial foi autorizado pela 4ª Vara Federal Criminal de São Paulo.

A senadora pelo Distrito Federal, Damares Alves (Republicanos-DF) comentou ter procurado a Polícia Federal, na quinta-feira para denunciar que Antônio Carlos seria o proprietário de cinco veículos de luxo. Em entrevista ao Correio, a parlamentar explicou ter recebido essa informação por meio de outras pessoas.

Recebi uma denúncia de dentro do condomínio onde funcionam os escritórios. As pessoas estavam estranhando a movimentação desses carros nas últimas semanas. Disseram que pertenciam a esse

Careca do **INSS**, e que ele teria salas num prédio ao lado. A partir daí fui até a garagem e constatei que realmente estavam lá. Tiramos foto e aí levei a denúncia até a PF, contou a parlamentar.

Perspectiva da CPMI

Após acompanhar, pela imprensa, a operação da Polícia Federal que apreendeu os veículos de luxo, a senadora Damares demonstrou otimismo em relação à instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar a fraude no **INSS**. A imprensa noticia que o próprio governo, que quer a todo custo evitar a CPMI, vê como inevitável. Mas tenham certeza, vai ter CPMI, sim. Vamos apurar tudo, com muita transparência. Quem desviou dos pobres aposentados vai pagar, considerou Damares Alves.

Suspensão de repasses

Paralela às discussões sobre uma CPMI do **INSS**, a Câmara aprovou, na noite de ontem, a urgência para a tramitação do projeto de lei que proíbe descontos automáticos referentes a mensalidades de associações e outras entidades de aposentados e pensionistas.

O texto, de autoria do deputado federal Sidney Leite (PSD-AM), ainda não conta com um relator definido. No entanto, o PL será juntado a outras 53 propostas que tratam do mesmo tema.

A urgência na análise do projeto permitirá agilidade na tramitação do texto. Isso porque, em regime de urgência, o PL seguirá diretamente ao plenário, sem precisar passar por comissões temáticas. Segundo o presidente da Casa, Hugo Motta, o mérito do projeto será analisado apenas na próxima semana, pois o projeto de lei sobre o reajuste de servidores do Executivo (PL 1466/25) tranca a pauta.

Durante a sessão, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), ressaltou a necessidade de agilidade na apreciação do projeto.

O projeto não pode aguardar um tempo muito longo para ser votado no plenário, afirmou. Ele acrescentou que irá cobrar para que o texto seja apresentado rapidamente aos líderes da Casa: Vamos cobrar que no período mais curto este texto seja apresentado à

Casa, ao colégio de líderes .

A Polícia Federal cumpriu, ontem, mandados de busca e apreensão contra Antonio Carlos Antunes, o homem conhecido como Careca do **INSS** . A ação, que é mais uma fase da Operação Sem Desconto, consistiu na apreensão de cinco carros de luxo que, segundo a PF, pertenciam a Antônio Carlos.

Apreendidos em Brasília, os veículos de modelos BMW Competition, um Land Rover, um BMW M135i, um Porsche 911 e um Porsche Panamera foram avaliados pela PF em quase R\$ 3,3 milhões, e entram para a lista de bens a serem leiloados para ressarcir os aposentados e pensionistas pelo montante desviado em um esquema, em que o Careca do **INSS** é apontado como principal articulador. Ele é um dos principais suspeitos por operar os desvios de aposentadorias e pensões do **INSS**.

A PF já havia apreendidos bens avaliados em cerca de R\$ 40 milhões. Ao anunciar a operação, no dia 23 de abril, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, afirmou que os fraudadores haviam arrecadado muitos bens e dinheiro em espécie . e que o valores correspondentes seriam utilizados para fazer frente aos prováveis pedidos de devolução.

O esquema investigado envolve descontos não autorizados de recursos de aposentados e pensionistas, que somam mais de R\$ 6 bilhões. Segundo a PF, há indícios de que Antunes arrecadou aproximadamente R\$ 1,3 bilhão entre 2021 e 2025.

Essa arrecadação teria ocorrido por meio de repasses de entidades para empresas ligadas a ele. O mandado judicial foi autorizado pela 4ª Vara Federal Criminal de São Paulo.

A senadora pelo Distrito Federal, Damares Alves (Republicanos-DF) comentou ter procurado a Polícia Federal, na quinta-feira para denunciar que Antônio Carlos seria o proprietário de cinco veículos de luxo. Em entrevista ao Correio, a parlamentar explicou ter recebido essa informação por meio de outras pessoas.

Recebi uma denúncia de dentro do condomínio onde funcionam os escritórios. As pessoas estavam estranhando a movimentação desses carros nas últimas semanas. Disseram que pertenciam a esse Careca do **INSS**, e que ele teria salas num prédio ao lado. A partir daí fui até a garagem e constatei que realmente estavam lá. Tiramos foto e aí levei a denúncia até a PF , contou a parlamentar.

Perspectiva da CPMI

Após acompanhar, pela imprensa, a operação da

Polícia Federal que apreendeu os veículos de luxo, a senadora Damares demonstrou otimismo em relação à instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar a fraude no **INSS**. A imprensa noticia que o próprio governo, que quer a todo custo evitar a CPMI, vê como inevitável. Mas tenham certeza, vai ter CPMI, sim. Vamos apurar tudo, com muita transparência. Quem desviou dos pobres aposentados vai pagar , considerou Damares Alves.

Suspensão de repasses

Paralela às discussões sobre uma CPMI do **INSS**, a Câmara aprovou, na noite de ontem, a urgência para a tramitação do projeto de lei que proíbe descontos automáticos referentes a mensalidades de associações e outras entidades de aposentados e pensionistas.

O texto, de autoria do deputado federal Sidney Leite (PSD-AM), ainda não conta com um relator definido. No entanto, o PL será juntado a outras 53 propostas que tratam do mesmo tema.

A urgência na análise do projeto permitirá agilidade na tramitação do texto. Isso porque, em regime de urgência, o PL seguirá diretamente ao plenário, sem precisar passar por comissões temáticas. Segundo o presidente da Casa, Hugo Motta, o mérito do projeto será analisado apenas na próxima semana, pois o projeto de lei sobre o reajuste de servidores do Executivo (PL 1466/25) tranca a pauta.

Durante a sessão, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), ressaltou a necessidade de agilidade na apreciação do projeto.

O projeto não pode aguardar um tempo muito longo para ser votado no plenário , afirmou. Ele acrescentou que irá cobrar para que o texto seja apresentado rapidamente aos líderes da Casa: Vamos cobrar que no período mais curto este texto seja apresentado à Casa, ao colégio de líderes .

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2025/05/7152144-carros-de-luxo-sao-apreendidos-para-ressarcir-aposentados-lesados.html>

Fraude no INSS: como descobrir se fui vítima? Quais as formas de pedir reembolso?

Veja perguntas e respostas

Por **Júlia Nunes, g1**

O **INSS** abriu um procedimento para identificar os aposentados e pensionistas que foram vítimas da fraude dos descontos irregulares e devolver a elas os valores desviados.

O beneficiário pode verificar se houve descontos não autorizados no seu benefício pelo aplicativo **Meu INSS**, pelo telefone 135 ou pelo extrato do **INSS**.

Após verificar se houve descontos não autorizados, é necessário registrar essa informação junto ao **INSS** para dar início ao processo de ressarcimento.

Existem três calendários ou expectativas de pagamento, dependendo do período em que os descontos irregulares foram feitos.

O **INSS** bloqueou qualquer tipo de desconto de entidades associativas na folha dos aposentados e pensionistas.

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) abriu um procedimento para identificar os aposentados e pensionistas que foram vítimas da fraude dos descontos irregulares e devolver a eles os valores desviados.

Segundo dados do órgão, nos primeiros sete dias de consulta, somente 1.748.674 aposentados e pensionistas solicitaram o reembolso.

Em entrevista ao g1, o presidente do **INSS**, Gilberto Waller Júnior, explicou como identificar se foi vítima da fraude, quais as formas de pedir reembolso e mais.

Veja abaixo as principais perguntas e respostas.

Como saber se fui vítima da fraude do **INSS**? Qual o passo a passo para pedir o ressarcimento? Quando vou receber? De onde sairá o dinheiro para pagar as vítimas? Os valores serão corrigidos pela **inflação**? Essa medida de ressarcimento também vale para empréstimos consignados não autorizados? Com o bloqueio dos consignados, ainda é possível fazer novos empréstimos? Herdeiros podem resgatar valores

de parentes falecidos? Quem já foi ressarcido precisa notificar o **INSS** novamente? Quais medidas o **INSS** adotou para evitar novas fraudes? Como não cair em golpes?

1. Como saber se fui vítima da fraude do **INSS**?

?? Pelo aplicativo **Meu INSS**:

O usuário deve baixar o app (veja aqui como fazer) e procurar pelo sino na parte superior. Ao clicar nele, o sistema vai exibir uma das duas notificações a seguir:

Se você não foi vítima da fraude: "Fique tranquilo, nenhum desconto foi feito em seu benefício! O governo federal descobriu a fraude dos descontos associativos não autorizados e seguirá trabalhando para proteger você e seu benefício! ; ou Se você pode ter sido vítima da fraude: "Aviso importante para você. Foi identificado desconto de entidade associativa em seu benefício. A partir de amanhã você poderá informar se autorizou ou não através do **Meu INSS** ou ligue 135.

Outro caminho é consultar o extrato do **INSS**, em que o aposentado ou pensionista pode verificar todas as retiradas dos seus benefícios, tanto de crédito consignado como de mensalidades associativas.

?? Pelo telefone 135:

O beneficiário pode ligar para o canal telefônico oficial do **INSS** de segunda a sábado, das 7h às 22h.

Segundo o instituto, para um atendimento mais rápido, os melhores horários para ligar são após as 16h e aos sábados.

Volte ao índice.

2. Qual o passo a passo para pedir o ressarcimento?

Após verificar se houve descontos não autorizados no seu benefício, é necessário registrar essa informação junto ao **INSS** para dar início ao processo de ressarcimento.

Isso pode ser feito pelo telefone 135, pelo site oficial do **INSS** ou pelo aplicativo Meu **INSS**, da seguinte forma:

Acesse o aplicativo Meu **INSS** e faça login com a sua conta gov.br; Clique na opção "Consultar Descontos de Entidades Associativas". O aplicativo vai mostrar quais associações realizaram os descontos em seus benefícios e os valores descontados, entre março de 2020 e de 2025. A partir disso, marque se autorizou o desconto ou não, para cada uma das entidades listadas. Informe um celular e e-mail para contato. Em seguida, declare se os dados são verdadeiros. Clique no botão enviar declarações para finalizar. Será exibida uma mensagem de que o pedido foi realizado com sucesso.

?? Inicialmente, não será necessário incluir documentos ou comprovantes para afirmar que não autorizou a cobrança.

Volte ao índice.

3. Quando vou receber?

Existem três calendários ou expectativas de pagamento:

?? 1ª situação:

Para quem foi vítima da fraude no mês passado, mesmo após o bloqueio dos descontos de entidades associativas, com a descoberta da fraude, o **INSS** vai devolver esses valores entre os dias 26 de maio e 6 de junho junto com o pagamento dos benefícios, sem necessidade de qualquer ação do segurado.

Isso será feito com os R\$ 292 milhões que foram retidos pelo **INSS** após a descoberta da fraude e que nunca foram repassados para as entidades.

?? 2ª situação:

Já quem teve valores descontados entre março de 2020 e março de 2025 precisa seguir o passo a passo para pedir o ressarcimento e, a partir disso, a entidade associativa responsável pelo desconto terá 15 dias úteis para fazer o pagamento ou comprovar que a cobrança havia sido autorizada pelo beneficiário.

Se a associação fizer o pagamento ao **INSS**, o valor será repassado ao segurado na próxima folha, em sua própria conta cadastrada para recebimento do benefício. Já se comprovar que o desconto foi autorizado, o beneficiário ainda poderá contestar a decisão, dessa vez apresentando os motivos e documentos comprobatórios da discordância.

?? 3ª situação:

Nos casos em que a instituição não pagar nem comprovar que o desconto havia sido autorizado pelo beneficiário, o **INSS** vai fazer o pagamento num calendário a ser divulgado, afirma o presidente do órgão.

Volte ao índice.

4. De onde sairá o dinheiro para pagar as vítimas?

Todos que foram vítimas de fraudes serão ressarcidos, seja pela instituição, seja pelo **INSS**, afirmou o presidente Gilberto Waller Júnior, acrescentando que o dinheiro utilizado para isso virá, preferencialmente, dos fraudadores.

O presidente do **INSS** lembra que já há um bloqueio pela Justiça de mais de R\$ 1 bilhão para fins de reparação de dano. A Advocacia Geral da União já ingressou com outras ações pedindo mais um bloqueio de mais R\$ 2,5 bilhões. A gente precisa verificar o montante efetivo dessa fraude para saber se isso é o suficiente ou se vamos buscar outras fontes de custeio.

Volte ao índice.

5. Os valores serão corrigidos pela inflação?

Sim. Quando o segurado preencher no sistema que não autorizou o desconto, o **INSS** vai gerar à associação que recebeu o dinheiro uma Guia de Recolhimento da União (GRU) para pagamento, com os valores já corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país.

Volte ao índice.

6. Essa medida de ressarcimento também vale para empréstimos consignados não autorizados?

Não. O procedimento serve apenas para quem teve descontos irregulares feitos por entidades associativas.

Quem sofreu com empréstimos liberados indevidamente deve fazer outro tipo de reclamação, tanto ao **INSS**, pelo aplicativo ou telefone 135, como para os órgãos responsáveis pelos consignados, como a Cenaccon, a Febraban, a BBC ou as próprias instituições financeiras, orienta o presidente do **INSS**.

Ele explica que a média do valor descontado irregularmente, no caso dos descontos de entidades associativas, é R\$ 46 por mês. Então, se for muito

diferente disso, saiba que você não está nesse público alvo de ressarcimento , alerta.

E a forma de ressarcimento é outra via, provavelmente ligando ou mantendo contato com a instituição financeira que fez o desconto do seu benefício .

Volte ao índice.

7. Com o bloqueio dos consignados, ainda é possível fazer novos empréstimos?

À medida que as investigações sobre a fraude do **INSS** avançaram sobre os consignados, o instituto determinou o bloqueio de novos descontos de empréstimo para aposentados e pensionistas, atendendo a uma determinação do Tribunal de Contas da União (TCU).

No entanto, basta que o usuário desbloqueie essa opção, com reconhecimento facial, para voltar a realizar empréstimos por essa via.

Waller explica: Benefícios concedidos antes de 2024 nasciam desbloqueados, com a margem consignável acessível a qualquer instituição financeira que podia ofertar produtos independentemente da vontade do segurado. Com o bloqueio, para que uma instituição financeira consulte a margem, o segurado primeiro precisa desbloquear a situação e autorizar a consulta.

Volte ao índice.

8. Herdeiros podem resgatar valores de parentes falecidos?

O processo para checar se pessoas que já faleceram foram vítimas da fraude e pedir o ressarcimento é mais complicado. Não é possível verificar a informação diretamente pelo aplicativo ou pelo telefone, afirma Waller, e será necessário entrar com um processo administrativo.

Ele vai ter que agendar um atendimento presencial nas nossas agências, pelos canais 135 ou Meu **INSS**, juntar a documentação do falecimento do seu pai, da sua mãe e de quem efetivamente é o inventariante, é o responsável pelos bens deixados pelo falecido , diz.

Volte ao índice.

9. Quem já foi ressarcido precisa notificar o **INSS** novamente?

Se ele não tem nenhuma situação de débito, se ele entende que já foi resolvido o seu problema com o bloqueio e a devolução, ele não precisa informar e ele não precisa fazer o pedido de ressarcimento que não

terá nada a receber , explica Waller Júnior.

Volte ao índice.

10. Quais medidas o **INSS** adotou para evitar novas fraudes?

O **INSS** bloqueou qualquer tipo de desconto de entidades associativas na folha dos aposentados e pensionistas. Agora, está discutindo se deve continuar a intermediar essa relação entre as associações e os segurados.

Se for necessário voltar a autorizar desconto em folha, nós começaremos do zero. Nós faremos novas instruções mais seguras para que a gente tenha certeza daquilo que está sendo descontado no contracheque do nosso aposentado e pensionista , diz o presidente do **INSS**.

Volte ao índice.

11. Como não cair em golpes?

Gilberto Waller alerta que o **INSS** entra em contato com os cidadãos apenas pelo aplicativo Meu **INSS**.

O próprio telefone oficial 135 não liga pra você , reforça. Você querendo, você liga para o 135.

Não aceite nenhum intermediário nesse procedimento. Ele é muito simples. Não abra link, não assine nenhum documento, não junte documento. O **INSS** não cobra nada de você. Então, fique atento. Se alguém bater na sua porta, oferecendo uma facilidade, é golpe , afirma o presidente.

Volte ao índice.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/05/21/fraude-inss-perguntas-e-respostas.ghtml>

Líderes do governo Lula articulam nova CPI do INSS só com membros do Senado

Bela Megale

Um grupo de líderes da base de Lula passou a cogitar a realização de uma CPI apenas com membros do Senado, para apurar o esquema de corrupção envolvendo o **INSS**. A medida garantiria um controle maior do colegiado, em vez da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do **INSS**, iniciativa capitaneada pela oposição e que reuniria, também, membros da Câmara dos Deputados.

Entre os argumentos de líderes do Senado que defendem a proposta está o de que a comissão mista reuniria 60 membros, um número muito grande de congressistas, o que tornaria o trabalho pouco produtivo. Desses 60, metade seria formada por suplentes e a outra, por membros efetivos. Eles alegam que uma CPI instaurada apenas no Senado teria entre 20 e 22 integrantes.

Os senadores governistas afirmam que, como possuem maioria na Casa, não teriam dificuldade em coletar assinaturas para instaurar a CPI. A proposta deve ser levada em breve ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

Inicialmente o governo Lula tentou agir para que a base retirasse apoio da Comissão Mista capitaneada por Damarens Alves (Republicanos-DF) e outros membros da oposição. Com os avanços da CPMI, os governistas admitem que o colegiado será instaurado e analisam medidas para garantir o controle dos rumos da comissão ou a criação de um novo colegiado.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/bela-megale/post/2025/05/lideres-do-governo-lula-articulam-nova-cpi-do-inss-so-com-membros-do-senado.ghtml>

INSS: bancos defendem consignado e querem trocar Previdência por Fazenda, Planejamento e BC no controle dos juros

Os bancos foram a campo nesta terça-feira para defender o trabalho que vem sendo feito pelo setor para combater fraudes na concessão de empréstimo consignado para beneficiários do **INSS** e afastar qualquer preocupação de um grande problema na operação em meio ao escândalo de descontos indevidos nos pagamentos de aposentados e pensionistas.

Em reunião com o ministro da Previdência, Wolney Queiroz, e o presidente do **INSS**, Gilberto Waller, as associações bancárias mostraram que as reclamações nas concessões de consignado para aposentados e pensionistas caíram quase 80% após a autorregulação criada pelo setor em 2020.

Ficou de fora da reunião, no entanto, qualquer discussão sobre a mudança no órgão responsável por definir o teto de juros do consignado, hoje atribuição do Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS).

Os bancos defendem que essa função seja assumida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão formado pelos ministérios da Fazenda e Planejamento e pelo Banco Central.

As fraudes nas operações de crédito consignado do **INSS** também estão na mira dos órgãos de controle em meio à investigação de descontos indevidos nos benefícios do **INSS**, revelada pela Operação Sem Desconto, da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União (CGU).

No encontro, os bancos mostraram que, em 2024, houve 23.083 reclamações sobre os contratos da modalidade, uma queda de 79% ante 2021 (109.712). O número de 2024 representou 0,04% dos 63,7 milhões de empréstimos concedidos no ano passado. As queixas relativas ao desconhecimento da contratação do consignado somaram 4.390 (0,01% das operações), um recuo de 88% ante 2021, quando o percentual era de 0,07%.

Os representantes dos bancos creditam a redução nas reclamações ao trabalho de autorregulação e também às regras adotadas nos últimos anos para restringir as brechas contra fraudes. De todas as queixas

realizadas no ano passado, 69% se referem a concessões realizadas antes da obrigatoriedade do uso de biometria para fechar o contrato, determinada pelo **INSS** em novembro de 2022.

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, afirmou que o setor está empenhado em combater irregularidades e assegurar que o crédito só seja contratado com a autorização do titular.

- Não haverá, de nossa parte, qualquer mínima hesitação para que possamos apurar qualquer irregularidade, se porventura existir - declarou a jornalistas após o encontro.

Segundo Sidney, o setor bancário já utiliza autenticação por biometria facial e digital, mas pretende adicionar novas "camadas de segurança" para evitar contratações feitas por terceiros. Ele citou ainda que mais de 100 correspondentes bancários já foram banidos e 1.500 sanções foram aplicadas como parte da autorregulação do setor.

- Acho que a mensagem geral é que houve melhora significativa nos últimos anos. Isso não significa que não possa melhorar. Mas não temos um problema gigantesco, significativo, os processos estão funcionando e continuamos atentos a oportunidades de ajustes - disse Leandro Vilain, presidente da Associação Brasileira de Bancos (ABBC).

A análise de novas medidas será feita com base nas recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) e da CGU. Após as sugestões dos órgãos de controle, o **INSS** já estendeu o bloqueio para novos consignados para todos os benefícios, antes restritos aos concedidos após abril de 2019. Também exigiu biometria facial para o desbloqueio.

Segundo Vilain, uma recomendação que parece bastante adequada é que o desbloqueio não seja perene, mas necessário a cada nova operação.

Em meio ao escândalo de descontos indevidos, os bancos também renovaram a articulação para passar para o Conselho Monetário Nacional a

responsabilidade para definir o teto de juros do crédito consignado de aposentados e pensionistas do **INSS**. Essa proposta já consta em quatro emendas das 76 emendas sugeridas por parlamentares na Medida Provisória que reformulou o consignado para trabalhadores do setor privado.

Na avaliação de alguns executivos, o Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS), que hoje indica o nível de juro máximo ao **INSS** e tem forte influência do Ministério da Previdência, já não tinha competência técnica para exercer essa função e agora está com a credibilidade arranhada, considerando que tem, em sua composição, duas das associações citadas na Operação Sem Desconto. O assunto ficou de fora da reunião nesta terça.

O Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical (Sindnapi) é um dos três representantes dos aposentados e pensionistas no conselho, cujo suplente é da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag). A Contag também representa os trabalhadores em atividade.

O CNPS tem 15 integrantes titulares, dos quais seis são do Ministério da Previdência. Os nove restantes são divididos entre aposentados, trabalhadores da ativa e empregadores.

Desde o início do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, as instituições financeiras vêm reclamando da condução do processo pelo Conselho Nacional de **Previdência Social**. Informalmente, em 2023, o ex-ministro da Previdência, Carlos Lupi, estabeleceu uma regra de que o teto seguiria o processo de queda da taxa Selic, mas o mesmo procedimento não foi adotado quando a Selic voltou a subir, em setembro de 2024.

O Sindnapi tem dito que apoia a investigação das denúncias de irregularidades nos descontos em benefícios dos aposentados. E que uma investigação séria e transparente ajuda a identificar possíveis irregularidades, corrigir falhas e evitar que injustiças continuem acontecendo. A Contag vem dizendo que desde 2022 encaminha **INSS** documentos relatando denúncias e pedindo apoio para coibir práticas abusivas contra aposentados e pensionistas rurais e contra os descontos indevidos em benefício.

No fim do ano passado, alguns bancos chegaram a suspender a concessão do empréstimo via correspondentes bancários porque a taxa máxima que poderia ser cobrada não cobria os custos da operação. Em janeiro e março, o conselho elevou o teto, atualmente em 1,85%, mas as instituições financeiras alegam que a margem ainda é pequena, considerando

o patamar elevado da taxa Selic e, principalmente, dos juros de mercado, mais importantes na definição do custo do crédito.

Nesse contexto, a ABBC entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a competência legal do **INSS** e do CNPS para determinação do teto. Segundo a associação, os órgãos se apoiam em um trecho da lei do consignado que autoriza o **INSS** a dispor sobre as demais normas que se fizerem necessárias em relação ao consignado, mas descumprem o que diz a Constituição sobre a organização do sistema financeiro e invade as competências do CMN.

- Não somos contra o teto da taxa de juros. O que estamos discutindo é se o **INSS** é o melhor órgão - diz Vilain.

A Febraban acrescenta que, atualmente, a competência para tratar de taxas de outros tipos de consignado, como do setor público, também não está com o CMN. Segundo a entidade, a definição de juros não adequada ao cenário macroeconômico pode restringir a oferta de empréstimos ao público-alvo.

Buscando estabelecer diretrizes centrais e com a expertise necessária para o estabelecimento de teto de taxa de juros remuneratórios para o crédito consignado dos beneficiários **INSS**, dos **servidores públicos** federais e dos trabalhadores com direito aos recursos do FGTS, o setor financeiro defende que o Conselho Monetário Nacional (CMN), no exercício de suas competências legais, detenha a responsabilidade da definição de teto de taxa de juros desses produtos, disse, em nota.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/05/21/inss-bancos-defendem-consignado-e-querem-trocar-previdencia-por-fazenda-planejamento-e-bc-no-controle-dos-juros.ghtml>

Estado convoca mais aprovados para Sesp

O Governo do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (Seplad), publicou, ontem (20), no Diário Oficial do Estado (DOE), uma nova convocação do concurso C-220 da Secretaria de Estado de Saúde (Sespa).

Ao todo, 81 candidatos aprovados devem fazer parte do quadro de servidores públicos efetivos do Estado, contabilizando um total de 450 candidatos já convocados no certame, ou seja, mais de 100% dentro do número de vagas ofertadas.

"O concurso C-220 ofertou 315 vagas, além de cadastro reserva, para níveis médio e superior em diferentes cargos. Com essa nova nomeação, já somamos 450 candidatos aprovados nomeados, dentro do número de vagas previstas e parte do cadastro reserva. Esse resultado reforça o compromisso do Governo do Pará com a saúde pública, garantindo a presença de profissionais qualificados e preparados para atender a população paraense com excelência", destacou Thainá Alencar Vieira, secretária adjunta de Gestão de Pessoas da Seplad.

Os novos servidores foram convocados para os cargos de Agente Administrativo, Técnico em Enfermagem, Enfermeiro, Técnico em Patologia Clínica e Biomédico. A secretária estadual de Saúde, Ivete Vaz, destacou que "as nomeações representam um avanço importante na nossa capacidade de atendimento".

"Os novos profissionais chegam em um momento estratégico para somar às equipes já existentes e ampliar o cuidado com a população. E também um reconhecimento ao mérito dos aprovados e um passo concreto na valoriza-

ção dos **servidores públicos**. Seguimos firmes no propósito de fortalecer a saúde no Pará com planejamento, responsabilidade e compromisso com quem mais precisa", enfatizou a titular da Sespa.

Com a publicação da Portaria de Nomeação no Diário Oficial, os nomeados devem estar atentos ao cronograma estabelecido pela Sespa e pela Seplad, que trata da perícia médica, entrega da documentação digital e documentação física necessária para a posse.

Com essa ação, o Governo do Pará reafirma o esforço contínuo para garantir uma

saúde pública cada vez mais forte, acessível e

humanizada, por meio da valorização e qualificação dos servidores.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3141#book/>

Eusébio bem tecnologicamente

O município do Eusébio, integrante da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) acaba de dar um passo muito importante rumo à consolidação como referência em tecnologia no Estado do Ceará com o lançamento do programa Inova Eusébio. Trata-se de iniciativa que tem como objetivo principal transformar, a médio prazo, o município em um Polo de Inovação por meio da criação de espaços modernos e sustentáveis voltado ao desenvolvimento tecnológico e à formação de profissionais qualificados. O evento de lançamento ocorreu na primeira semana do corrente mês e contou com a presença de autoridades municipais e estaduais.

O Inova Eusébio

O programa Inova Eusébio será composto por hubs de inovação, laboratórios e centros de colaboração com foco em práticas sustentáveis, reforçando a imagem da cidade como um território inteligente, conectado e preparado para o futuro.

Desafios

De acordo com o que foi divulgado pela administração municipal do Eusébio um dos principais desafios é a qualificação de mão de obra, já que o país possui um déficit estimado de 800 mil profissionais da área tecnológica. Dentro do plano de governo, a meta é formar pelo menos mil pessoas em áreas ligadas à inovação.

Chegar aos objetivos

Conforme foi divulgado e, com ênfase para alcançar os objetivos desejados, foram estabelecidas metas de curto prazo a serem cumpridas nos próximos doze (12) meses, portanto, dentro de um ano. Entre as metas estão: a criação de um sandbox regulatório para testes de soluções inovadoras.

Quais as medidas

Início da capacitação de professores, estudantes e jovens em programação e inteligência artificial; formação de **servidores públicos** em temas ligados ao marco legal da inovação; elaboração da Lei Municipal de Inovação e do Fundo Municipal da Inovação; modernização da infraestrutura tecnológica da prefeitura.

E ainda

A estruturação de uma nova arquitetura de sistemas; implantação de uma plataforma unificada de estratégia e execução de projetos públicos; integração entre escolas, universidades e centros de pesquisa; e a atração de investimentos voltados à geração de oportunidades para a juventude. Sem dúvida, um auspicioso projeto. Estamos atentos.

Lançamento

Hoje (21), a partir das 8h, no auditório da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), em Fortaleza, o Governo do Ceará lança o projeto "Semeando Resiliência Climática em Comunidades Rurais do Nordeste - Sertão Vivo Ceará". Com investimentos da ordem de R\$ 251 milhões, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Fundo Verde do Clima (GCF, sigla em inglês para Green Climate Fund), o projeto será executado pela SDA em 72 municípios e deverá beneficiar 63 mil famílias do semiárido cearense.

Programação

O lançamento vai reunir gestores públicos de 72 municípios, representantes dos governos Estadual e Federal, lideranças do movimento sindical e organizações da sociedade civil. Idealizado pela parceria entre Governo Federal, GCF e FIDA, o Projeto Sertão Vivo abrange toda a região Nordeste. A programação do lançamento contará com a palestra do professor doutor Flávio Nascimento (UFC) sobre os avanços e desafios da Resiliência Climática para agricultura familiar no semiárido brasileiro. Na oportunidade, será construída a inserção do projeto nos territórios.

Mais informações:

e-mail: antonioviana@oestado.com.br

Dificuldades ao checar destino de recursos públicos

As últimas movimentações do Supremo Tribunal Federal (STF) foram por maior transparência na destinação das emendas parlamentares pagas pelo governo federal. As decisões se concentram, principalmente, na abertura da caixa-preta do orçamento secreto que vigorou no país até 2022 e destinou cerca de R\$ 30 bilhões em verbas públicas sem qualquer identificação. Não só: a Suprema Corte também tem se desdobrado para aumentar a transparência das chamadas emendas Pix-aquelas pagas pelo governo federal sob indicação do Congresso, mas sem a necessidade de assinatura de um convênio.

A plataforma criada para que o cidadão, a imprensa profissional e demais interessados possam acompanhar cada detalhe dessas transferências de dinheiro público é o portal Transferegov. Logo na página inicial do site, fica clara a sua finalidade: "Bem-vindo ao portal sobre transferências e parcerias da União". A finalidade é, de fato, nobre: dar transparência a todas as movimentações financeiras no âmbito da União. No entanto, o que se vê na prática são limitações que dificultam a rastreabilidade e simplicidade, eixos fundamentais para o intuito especificado.

Desde o ano passado, por decisão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), milhões de documentos registrados na plataforma estão com acesso restrito. Entre os arquivos vedados, estão os termos de convênios e os anexos de relatórios de prestação de

contas, que detalham e comprovam aquilo que o painel mostra ao visitante. A justificativa do ministério se baseia na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

A pasta respeita a LGPD, mas impede um dos preceitos fundamentais da Lei de Acesso à Informação (LAI), como destaca a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) em nota divulgada ontem em seu site oficial: "É importante que se diga que a LAI e LGPD não são incompatíveis e cabe ao governo equilibrar os dois valores imprescindíveis à sociedade. É condenável que a LGPD seja interpretada de forma a impedir a transparência da gestão pública".

Postura semelhante teve o Tribunal Superior Eleitoral

(TSE) na eleição municipal do ano passado, quando, pela primeira vez, apresentou bases de dados sem a informação do CPF dos candidatos. A justificativa, assim como no caso dos documentos do Transferegov, ficou por conta da LGPD. A mesma postura, no entanto, não valeu para os doadores das campanhas, que continuam com seus CPFs disponíveis no portal DivulgaCand, que reúne os dados das eleições brasileiras na era digital.

A solução, no caso do Transferegov, é simples: cabe ao MGI criar uma operação técnica para tarjar informações sensíveis de **servidores públicos** e fornecedores nos documentos relacionados às emendas, assegurando o acesso a essas informações sem prejuízo à LGPD. O contribuinte merece, ao menos, saber com detalhes como seu dinheiro está sendo usado.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/05/21/all.pdf>

A guerra pela América Latina - ANDRÉS OPPENHEIMER

ANDRÉS OPPENHEIMER

O anúncio de Xi Jinping de uma linha de crédito de US\$ 9,1 bilhões em investimentos em infraestrutura e isenções de visto para países latino-americanos é apenas o exemplo mais recente de como a China está aproveitando a agenda negativa de Donald Trump na região.

Xi fez o anúncio durante a cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), em Pequim, no dia 13. Lá, ele apresentou a China como o "mocinho do filme", em contraste com os aumentos de tarifas, os cortes de ajuda externa e as restrições à imigração **impostos** por Trump. O novo megaempréstimo permitirá a empresas chinesas aumentar seus investimentos e fazer negócios com a região, disse Xi.

Além disso, o presidente chinês anunciou uma política de entradas sem visto para turistas de Brasil, Argentina, Chile, Peru e Uruguai. A China também convidará 300 políticos latino-americanos e caribenhos para visitar o país anualmente nos próximos três anos.

ERA DE OURO. O porta-voz do ministério chinês das Relações Exteriores, Lin Jian, previu uma "década de ouro" para as relações entre China e América Latina, segundo o jornal South China Morning Post.

Em uma irônica inversão de papéis, o regime comunista chinês agora é visto por vários países como um defensor do livre-comércio e do multilateralismo, enquanto os EUA de Trump são percebidos como uma nação populista que desrespeita acordos e pratica o nacionalismo econômico.

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, declarou em seu discurso à Celac: "O presidente Xi Jinping e eu defendemos o comércio justo, com base nas regras da Organização Mundial do Comércio".

E acrescentou, ecoando as palavras de Xi: "Guerras comerciais não têm vencedores".

A verdade é que, enquanto a China anuncia empréstimos, investimentos, vistos e turismo político, Trump só projeta uma imagem negativa da América Latina, sem propor soluções que beneficiem ambas as

partes. Quando fala sobre a América Latina, Trump se refere a crimes atrozes, drogas e imigração ilegal, em vez de destacar oportunidades de cooperação.

Para sermos justos, a desatenção de Washington com a América Latina e com a crescente presença da China começou há duas décadas, bem antes do primeiro mandato de Trump. Mas ele está piorando a situação ao não apresentar nenhuma agenda positiva e demonstrar publicamente seu desprezo pela região. Os chineses, enquanto isso, ficam encantados.

I TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=51017&maxTouch=0&anchor=6518186&pd=2e4d9ff7e42c13a13df181c7fdbb72d5>

DESACELERAÇÃO ADIADA DE NOVO

Adesacerelação da economia foi, mais uma vez, adiada -e, talvez, a freada seja menor do que a que vinha sendo esperada. Com mais uma supersafra cada vez maior, o mercado de trabalho aquecido, com rendimento nas máximas históricas, e o crédito ainda em expansão, mesmo com juros em alta, economistas já estão revisando para cima suas projeções de crescimento econômico para o primeiro trimestre.

Já era esperado que a agropecuária puxasse a economia, com clima favorável e boa quantidade de chuvas desde outubro do ano passado, mas a freada no consumo deverá ficar mais para este segundo trimestre e, principalmente, para a segunda metade do ano.

Uma confirmação do adiamento da desaceleração veio anteontem. O índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) indicou que a economia brasileira cresceu 1,3% no primeiro trimestre ante o período de outubro a dezembro de 2024. Isso surpreendeu alguns analistas, que esperavam um ritmo mais moderado - o resultado oficial do Produto Interno Bruto (**PIB**, valor de todos os produtos e serviços produzidos na economia) dos três primeiros meses do ano será divulgado no próximo dia 30 pelo IBGE.

Andréa Damico, economista-chefe da gestora de recursos Armor Capital, contou que sua equipe mudou suas projeções do **PIB** do primeiro trimestre, que passaram para um avanço de 1,4% sobre o quarto trimestre de 2024, ante 1,1%, na estimativa anterior.

As revisões para cima têm sido recorrentes, lembrou a economista. No início de 2024, já era esperada uma desaceleração, mas o crescimento foi se mostrando mais forte do que o esperado ao longo do ano. Apesar do arrefecimento no último trimestre, a economia cresceu 3,4% no ano passado. Isso parece estar acontecendo novamente no início de 2025.

PARA ALÉM DO AGRO

Segundo economistas, a surpresa no primeiro trimestre se deu porque, além do bom desempenho da agropecuária, já esperado, o setor de serviços continuou forte, e a indústria não arrefeceu tanto.

Pela ótica da demanda, o consumo das famílias seguiu robusto, por causa do mercado de trabalho. Apesar da política de juros restritiva -em setembro, o BC começou a subir a taxa básica (a Selic, hoje em

14,75% ao ano) -, os recordes no rendimento médio do trabalho estimularam a atividade econômica no primeiro trimestre.

- Os rendimentos voltaram a acelerar, os salários voltaram a se recuperar, e isso não estava no nosso cenário -disse Andréa.

Outro fator mencionado por economistas é o aumento das concessões de crédito, também apesar dos juros altos. Um destaque aí são os empréstimos consignados - aqueles que têm como garantia o salário ou benefício previdenciário do tomador -, que receberam impulso com o programa para trabalhadores do setor privado, lançado em março pelo governo federal.

-Teve esse consignado privado, que leva a uma troca de dívidas mais caras por dívidas mais baratas. Isso acaba por liberar mais a renda disponível (para consumir) - explica

Luis Otávio Leal, economista-chefe da gestora e consultoria financeira G5 Partners.

Leal citou ainda o impulso do aumento do salário mínimo. Desde 2023, voltou a política de reajustes acima da **inflação**, marca dos governos do PT. O economista da G5 Partners aumentou suas projeções para o desempenho do **PIB** do primeiro trimestre para uma alta de 1,5% ante os três últimos meses de 2024, acima do 1,1% que estimava antes.

FREADA MENOR

A desaceleração segue no radar, ainda que adiada, mas alguns acreditam que a freada pode ser menos intensa do que o inicialmente imaginado. O Ministério da Fazenda revisou a projeção de crescimento econômico em 2025 para 2,4%, ante os 2,3% de antes.

Ariane Benedito, economista-chefe da empresa de pagamentos PicPay, também elevou suas previsões para o ano, para 2,2%, ante o avanço de 1,6% que projetava anteriormente. O Boletim Focus, pesquisa semanal do BC sobre projeções de analistas de mercado, vinha apontando crescimento anual de 2% - subiu ligeiramente, para 2,02%, na edição mais recente.

-Vai desacelerar, mas menos do que se imaginava - disse a economista. - Olhando para crédito e para

salários, vimos uma persistência dessas variáveis como contribuição positiva para a atividade. Embora já se comece a ver números aquém dos registrados anteriormente, podemos dizer que o mercado de trabalho deverá permanecer aquecido.

Leal manteve a projeção para o ano de 2,3% porque baixou a expectativa para este segundo trimestre:

- O primeiro trimestre mais forte acaba fazendo, pelo efeito base, com que tenhamos o segundo trimestre mais baixo. E tem o fato de que a safra de soja é concentrada no primeiro trimestre.

Para Juliana Trece, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre), a desaceleração deverá vir no restante do ano, como resultado dos juros elevados e da incerteza externa:

- Desaceleração não significa retração. A expectativa é de uma fase de estagnação nos próximos meses.

Isso deverá ocorrer, em parte, porque o primeiro trimestre mais forte poderá contribuir para que o BC mantenha os juros em patamares elevados - seja com um aumento de 0,25 ponto percentual na próxima reunião, chegando a 15%, seja com a manutenção do nível atual por mais tempo.

E há incertezas. Novos incentivos do governo podem impulsionar a economia. A ameaça da gripe aviária e a guerra comercial do presidente americano, Donald Trump, podem reforçar a freada.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Classe média cresce em meio à tímido recuo pobreza (Editorial)

Uma das frases recorrentemente repetidas pelo presidente Lula é que ele deseja que o Brasil se torne um "país de classe média". Esse desejo se materializou em alguns meses de seu segundo mandato e volta a se tornar realidade provisória agora. Estudo da Tendências Consultoria mostrou que o Brasil voltou a ser um país da classe média em 2024, com 50,1% dos domicílios habitados pelas classes A, B e C e 49,9% pelas D e E. No levantamento anterior, de 2022, as duas últimas detinham 50,7% e as três primeiras, 49,3%. As classes B (R\$ 8,1 mil e R\$ 25 mil) e C (R\$ 3,4 mil e R\$ 8,1 mil) são consideradas tipicamente de classe média.

Desde meados da década passada, os mais pobres não tinham participação tão baixa na população, de acordo com a série da Tendências, iniciada em 1999. Em 2012, as classes D/E representavam 48,7% dos domicílios do país. O percentual caiu para 47,9% em 2013 e para 47% em 2014, o menor da série. Só em 2023 a situação mudou. A nova composição do bolo da renda brasileira em 2024 surpreendeu a própria consultoria. A Tendências previa que as classes D/E, que englobam a população com renda até R\$ 3,4 mil, seguiriam em maioria no ano passado. No entanto, sua participação diminuiu 0,8 ponto percentual, caindo abaixo dos 50%. A fatia da classe C encolheu ainda mais, 2 pontos, para 31%. O crescimento também ocorreu no topo da pirâmide, com a fatia da classe B aumentando 1,6 ponto, para 14,8%; e a da A, 1,5 ponto, para 4,3%.

A conjuntura econômica e decisões políticas explicam esse quadro. A expansão dos programas sociais favoreceu as classes D e E, sem, no entanto, promover significativa migração delas para as faixas mais elevadas da renda. A valorização do salário mínimo vai na mesma direção. A situação fiscal, no entanto, limita maiores avanços. Além disso, o aumento da **inflação**, puxado pela alimentação, penaliza mais os pobres, que gastam parcela maior do orçamento com comida.

A recuperação do mercado de trabalho, com desemprego de 7% no primeiro trimestre, de acordo com a Pnad Contínua do IBGE, a menor para o primeiro trimestre na série histórica, beneficiou em primeiro lugar as classes C e B. O aumento do emprego na área de serviços e a expansão das vagas formais favoreceram apenas marginalmente a

população das classes D e E, que continuam concentradas na ocupação informal.

Já a alta dos juros, elevada a 14,75% neste mês, o maior patamar desde julho de 2006, ou seja, em quase 20 anos, engorda o caixa de quem tem recursos para investir - as classes mais altas, especialmente a A.

A Tendências estima que a classe média, da classe C para cima, englobe 54,8% dos domicílios brasileiros dentro dos próximos dez anos, até 2034, e que as classes D/E recuem 4,7 pontos, para 45,2%, novo piso da série histórica. Segundo a consultoria, a arrancada será puxada pela classe A, beneficiada pelo aumento de seus rendimentos e, em parte, pela migração de camadas mais baixas para as mais elevadas.

Os domicílios da classe A devem aumentar 0,8 ponto percentual para 5,1% em 2034. A classe B atingirá 16,7%, quase 2 pontos acima do percentual de 2024. A classe C deve avançar também 1,9 ponto, para 32,9%, ainda assim abaixo dos 33% de 2022.

O governo vem estudando medidas para beneficiar a classe média, de olho nas eleições de 2026, na desaceleração econômica prevista e na recuperação da popularidade perdida nesse segmento. Quatro medidas foram anunciadas com esse objetivo. São o aumento do limite de isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil, o novo empréstimo consignado para trabalhadores do setor privado, o saque do **FGTS** para quem optou pelo **saque-aniversário** e foi demitido e a destinação de R\$ 15 bilhões para nova faixa, mais elevada, do Minha Casa Minha Vida (MCMV), de R\$ 8 mil até R\$ 12 mil.

A isenção do IRPF, prevista para 2026, deve beneficiar 10 milhões de contribuintes. O empréstimo consignado para trabalhadores do setor privado poderá ser tomado por 47 milhões de pessoas. A liberação dos saldos do **FGTS** somará R\$12 bilhões. O reforço de R\$ 15 bilhões para o MCMV virá do Fundo Social, onde são depositados os recursos da União decorrentes da exploração de petróleo no pré-sal.

Previsões no Brasil são sempre incertas e sujeitas a enorme margem de erro. O Brasil de classe média dos primeiros governos de Lula desapareceu com a política econômica desastrosa da presidente Dilma

Rousseff. Há o receio de que os novos programas de Lula tenham efeito expansionista na economia, que cresce mais do que pode, e na **inflação**, prejudicando os esforços do Banco Central de conter a **inflação**, que se recusa a obedecer à meta de 3%. No caso da ampliação da faixa de isenção do IR, o Congresso pode pregar uma peça e diminuir a compensação de receitas esperadas com a taxação dos mais ricos, ampliando o déficit fiscal.

Seria mais benéfico para a ascensão das camadas pobres auxiliar o BC a domar a **inflação**, que mais as prejudica, melhorar a educação para qualificar a mão de obra, elevar a produtividade e aprimorar os programas sociais que dão certo, em vez de criar novos com objetivos eleitorais.

Site: valor.globo.com/impreso/

PIB do 1º trimestre (Cartas dos Leitores)

Lógico que não é o oficial, mas o IBC-Br do BC indica que o crescimento econômico no 1º trimestre deste ano apresentou um surpreendente resultado, com alta de 3,2% em relação ao mesmo período de 2024 e 1,6% em relação aos três meses anteriores. Porém, se para o ano o Ministério da Fazenda aposta em crescimento de 2,4% em 2025, o Boletim Focus, do BC aponta um **PIB** de apenas 2,02%. E **inflação** de 5,50% e a taxa Selic, se mantendo até dezembro em 14,75%. Mesmo porque, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, disse que os juros devem se manter altos por muito tempo, já que existem incertezas do exterior e internas, como o teimoso desprezo do governo com o equilíbrio fiscal.

Paulo Panossian paulopanossian@hotmail.com

Site: valor.globo.com/impresso/